



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

PROGRAMA MARCO VERDE TJMRS

Versão preliminar



Resolução CNJ nº594/2024

*Programa Justiça
Carbono Zero*

- ✓ Objetivos
- ✓ Escopos
- ✓ Metas e prazos
- ✓ Ações
- ✓ Compensações



(51) 3214-1000



www.tjmrs.jus.br

Abreviaturas

TJMRS - Tribunal d Justiça Militar do Rio Grande do Sul

JME - Justiça Militar Estadual

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

NGE - Núcleo de Gestão Estratégica

CTIC – Coordenação de Tecnologia da Informação

GEE - Gases do Efeito Estufa GMA

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

NUBE8 - Laboratório de Inovação do TJMRS



Sumário

04

Apresentação

05

Estrutura da JME

06

Objetivos

07

Metodologia

08

Escopos da Emissões

11

Metas

12

Ações

14

Plano de Compensação

15

Monitoramento de resultados

Apresentação

O Plano de Descarbonização do **Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul** está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, por meio do macrodesafio da sustentabilidade; às Resoluções CNJ nº400/2021 e nº594/2024; ao **Plano de Logística Sustentável do TJMRS (PLS 2021-2026)**.

A necessidade de políticas de redução de emissão de CO₂ no judiciário é uma questão crescente no contexto de mudanças climáticas e de sustentabilidade. Como um dos pilares do Estado, o Poder Judiciário tem um papel fundamental na conscientização e implementação de práticas mais sustentáveis, não apenas no âmbito de suas atividades internas, mas também influenciando a sociedade e as políticas públicas em geral.

Em uma era de crescente pressão social por sustentabilidade, o judiciário não pode se dar ao luxo de ignorar seu papel na crise climática. A adoção de políticas internas de redução de emissões reforça a imagem do judiciário como uma instituição responsável, comprometida com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Assim como outras instituições, o judiciário pode estabelecer metas de redução de CO₂, com prazos definidos para a adoção de medidas, tais como: utilização de transporte sustentável para seus servidores, instalação de sistemas de energia solar nas suas instalações e implementação de sistemas de videoconferência, que evitam deslocamentos. Tais metas devem ser constantemente monitoradas, e os resultados devem ser apresentados à sociedade, como forma de demonstrar o compromisso com a causa ambiental.

Neste sentido o TJMRS inicia preliminarmente seu plano de descarbonização e compensações de emissões de gases de efeito estufa. Salientando que esta não é uma postura recente da Justiça Militar Estadual, onde muitas ações já foram implementadas, tais como redução de frota, deslocamentos, sistemas de iluminação de baixo consumo e campanhas de conscientização. Estamos cientes de que, muito ainda precisa ser feito, e neste sentido segue nosso plano preliminar de descarbonização no âmbito da JME RS.

Estrutura JME

TJMRS

Desembargadora Militar **Maria Emília Moura da Silva** - Presidente

Desembargador Militar **Sergio Antonio Berni de Brum** - Vice-presidente

Desembargador Militar **Rodrigo Mohr Piccon** - Corregedor-Geral

Desembargador Militar **Fábio Duarte Fernandes**

Desembargador Militar **Amilcar Fagundes Freitas Macedo**

Desembargador Militar **Paulo Roberto Mendes Rodrigues**

Desembargadora Militar **Gabriela John dos Santos Lopes**

Juíza Auxiliar da Presidência **Dra. Viviane de Freitas Pereira**

1ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Francisco José de Moura Muller Juíza de

Direito Substituta Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento

2ª Auditoria de Porto Alegre

Juíza de Direito Juíza de Direito

Substituta Dra. Dione Dorneles Silva

3ª Auditoria - Santa Maria

Juíza de Direito Dra. Eliane Almeida Soares

4ª Auditoria - Passo Fundo

Juíza de Direito Dra. Mariluce Dias Bandeira

Objetivos

1

Reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa decorrentes do funcionamento e execução das tarefas do TJMRS;

2

Criar consciência institucional da necessidade e compromisso socioambiental dos magistrados e servidores;

3

Melhorar a eficiência do uso de energia e do transporte institucional;

4

Direcionar esforços para compras sustentáveis no âmbito da Justiça Militar do Rio Grande do Sul

5

Implementar medidas de compensação das emissões do TJMRS;

6

Criar mecanismos de monitoramento das Ações realizadas.

Metodologia

O plano está em uma versão preliminar, dando início as medidas de mitigação para conter os efeitos climáticos. O tema vem sendo tratado de forma conjunta com os demais tribunais do segmento militar, através do projeto **MARCO VERDE**, que inicialmente teve como objetivo um trabalho conjunto entre os tribunais para compreender a dinâmica de inventário de emissões e possíveis ações que poderiam ser tomadas no sentido de redução bem como compensação dessas emissões.

Após reunião com os setores envolvidos, e tomando conhecimento metodologia do GHG Protocol, o TJMRS, envolvendo os setores envolvidos diretamente na temática, definiu as seguintes ações preliminares:

- 1 - Escopo 1 - Emissões diretas;
- 2 - Escopo 2 - Emissões indiretas relacionadas a consumo de energia elétrica.
- 3 - Escopo 3 - Emissões indiretas



IMPORTANTE

Esta é uma versão preliminar do plano de descarbonização do TJMRS, tão logo consigamos avançar nos propósitos iniciais, os objetivos e escopos serão ampliados para que a JME RS cumpra seu compromisso: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, das Organizações das Nações Unidas, com foco para o ODS13, que trata da ação global para a mudança do clima.

ESCOPOS

Escopo 1

Emissões Diretas



Frota de Veículos

O TJMRS já pratica o uso racional de sua frota de veículos, frota relativamente pequena (05 veículos) com baixíssimo uso institucional. Para parametrizar, no ano de 2024, a soma da quilometragem de todos os veículos foi de apenas 7.804 KMs. Mesmo diante deste cenário, o TJMRS avalia a substituição gradual por veículos híbrido ou 100% elétricos.



Emissão fugitivas

O Prédio sede do TJMRS é uma estrutura relativamente enxuta e otimizada, mesmo assim não estamos isentos de perda de gases de refrigeração por equipamentos com defeito, diante disso realiza-se um controle constante e manutenção de equipamentos de climatização para reduzir vazamento de gases refrigerantes.

ESCOPOS

Escopo 2

Energia elétrica



Eficiência energética

O TJMRS já adotou diversas medidas de eficiência energética, tais como a substituição de lâmpadas antigas por novas de LED, redução de iluminação em ambientes não utilizados com frequência, entre outras. Neste sentido, será ampliado o controle em equipamentos, principalmente de informática, com normatização interna de uso e desligamento para reduzir ainda mais o consumo.



Energia fotovoltaica

Possuímos um projeto em andamento de implementação de energia fotovoltaica na sede do TJMRS. Este projeto está em fase de estudos técnicos e orçamentários para previsão de implementação da primeira fase no ano de 2026.

ESCOPOS

Escopo 3 Emissões indiretas

Este escopo engloba uma série de ações que podem ser tomadas, conforme conveniência e capacidade técnica, sem prejuízo da administração. A gestão estratégica do TJMRS avalia as seguintes medidas:



Aquisições e contratações sustentáveis

Dentro das possibilidades orçamentárias, será dada preferência por fornecedores com práticas ambientais adequadas.



Viagens institucionais

Quando for viável, sem comprometimento dos trabalhos, incentivo ao uso de videoconferências e otimização de deslocamentos.



Gestão de resíduos

Separação e correta destinação para reciclagem de resíduos gerados pela JME RS



Transporte individual

Incentivar o uso de transporte público, o transporte solidário (carona) e o uso de modalidades ativas (bicicleta, patinete e caminhadas)



Trabalho híbrido

Quando possível e, por conveniência da administração, adotar de forma alternada, entre servidores de mesmo setor, o trabalho híbrido.

METAS

META	2026	2027	2030	2050
Inventário de emissões	80%	100%	100%	100%
Redução da emissão da frota própria	10%	20%	50%	100%
Redução do consumo de energia elétrica contratada	10%	20%	30%	50%
Implantação Energia Fotovoltaica	20%	30%	50%	80%
Redução de deslocamentos e viagens a trabalho substituição por teleconferência	10%	20%	50%	80%
Contratações Sustentáveis	10%	20%	30%	50%
Reduzir geração de rejeitos	10%	20%	30%	50%
Neutralização total das emissões	10%	20%	50%	100%



Ações Redução GEE

As ações de reduções de emissões de GEE seguirão as variáveis previstas na Resolução CNJ nº594/2024, conforme planilha abaixo:

Ítems	2026	2030	2050
AC1 – Energias renováveis	Fase de licitação e viabilidade técnica	Implatação da Fase 3 do projeto com 50% das placas previstas	100% implantado o sistema fotovoltaico do TJMRS
AC2 – Eficiência energética:	-Substituição de 80% das lâmpadas por com tecnologia LED -Estudos para automação dos sistemas	-Substituição de 100% das lâmpadas por com tecnologia LED -Início da automação dos sistemas	-Lâmpadas 100% LED -Sistemas automatizados
AC3 – Consumo sustentável da água	-Fase 1 do projeto implantação de captação água -50% de torneiras temporizadas	-Conclusão do projeto implantação de captação de água -100% de torneiras temporizadas	-Uso totalmente eficiente da água
AC4 – Transporte sustentável:	-Estudos técnicos para aquisição de veículos elétricos ou híbridos -Campanha para uso de mobilidade sustentável (bicicletas, caronas, infraestrutura para veículos elétricos etc.);	-Substituição gradual da frota em 20% -Campanha de uso de transporte solidário	100% da frota substituída

Ações Redução GEE

Ítems	2026	2030	2050
AC5 – Contratações sustentáveis:	-observância de critérios de sustentabilidade das aquisições e contratações, conforme critérios da Resolução CNJ nº 400/2021	-avançar em 30% das compras e contratações com critérios sustentáveis	-avançar em 50% das compras e contratações com critérios sustentáveis
AC6 – Destinação adequada de resíduos:	-Ampliar a separação e destinação de resíduos para reciclagem	-70% de todo o resíduo com destinação sustentável	100% de destinação sustentável de resíduos
AC7 – Reengenharia de ocupação de espaços:	-início das ações de migração das auditorias do interior para a capital -Adequação dos espaços do prédio TJMRS	-Todas as auditorias centralizadas na capital, evitando deslocamentos	Reformulação total dos ambientes da JME para otimização de recursos sustentáveis
AC8 – outras ações:	-Ampliação de tecnologias que permitam melhor automação dos serviços	-Prédio com sistemas inteligentes	Estrutura com 100% de automação e eficiência

Compensações

- A incorporação do Plano de Descarbonização à agenda do Laboratório de Inovação NUBE8, com foco em soluções inovadoras para combater as mudanças climáticas, asseverando o compromisso institucional com a sustentabilidade e a inovação;
- Recuperação de áreas degradadas e parcerias com programas de restauração e reflorestamento em parceria com outros órgãos;
- Adotar transporte sustentável: Usar transporte público, andar de bicicleta, caminhar ou adotar um carro elétrico reduz a emissão de gases de efeito estufa;
- Reduzir, reutilizar e reciclar materiais contribui para diminuir a necessidade de produção de novos produtos;
- Campanhas permanentes de conscientização em sustentabilidade, adotando o uso consciente dos meios disponíveis;
- Capacitação de servidores e chefias na temática sustentabilidade, visando otimizar os recursos utilizados em cada setor;

Monitoramento

O Monitoramento das ações previstas neste plano ficarão a cargo da Comissão Permanente de Sustentabilidade, juntamente com a Unidade de Sustentabilidade do TJMRS.



TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

RESPONSABILIDADE COM O FUTURO

